

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS E COM GARANTIA REAL DA
SÉTIMA EMISSÃO DE TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.

TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 300, 11º andar, sala 1101 (parte), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.107.946/0001-87, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e

PENTÁGONO S.A. D.T.V.M., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Debêntures");

resolvem celebrar esta "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis e com Garantia Real da Sétima Emissão da Telemar Participações S.A." ("Escritura de Emissão"), de acordo com os seguintes termos e condições:

I

DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada com base na assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 26 de janeiro de 2007 ("AGE"), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 31 de janeiro de 2007 e publicada no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no jornal "Monitor Mercantil" em 6 de fevereiro de 2007. A remuneração definitiva das Debêntures será homologada mediante reunião do conselho de administração, a ser realizada, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no jornal "Monitor Mercantil" ("RCA").
- 1.2 A AGE autorizou o conselho de administração a deliberar ou alterar as matérias de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76.

II

DOS REQUISITOS

2.1 A emissão e a distribuição pública das Debêntures serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas da AGE e das RCA.* As atas da AGE e da RCA deverão ter sido arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicadas no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no jornal "Monitor Mercantil";
- II. *registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ter sido registrados (a) na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro; e (b) no competente cartório de registro de títulos e documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- III. *registro do Penhor (conforme definido abaixo).* O Penhor deverá ter sido (a) averbado nos livros da instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da TNL (conforme definido abaixo), nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 39 da Lei n.º 6.404/76; e (b) registrado, por meio do Contrato de Penhor (conforme definido abaixo), no competente cartório de registro de títulos e documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- IV. *registro para distribuição no mercado primário.* A emissão deverá ter sido registrada para distribuição no mercado primário por meio (a) do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a subscrição liquidada pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"); e (b) do Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo a subscrição liquidada pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC");
- V. *registro para negociação no mercado secundário.* A emissão deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário por meio (a) do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) do Bovespa Fix, administrado pela Bovespa, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC;
- VI. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de

7 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e

- VII. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID")*. A emissão deverá ter sido registrada na ANBID no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, em atendimento ao termo 22 do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários de 9 de maio de 2006 ("Código de Auto-Regulação da ANBID").

III

DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 *Objeto social da Emissora*. A Emissora tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital social da sociedade TNL, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle, bem como participar em outras sociedades, no país ou no exterior.

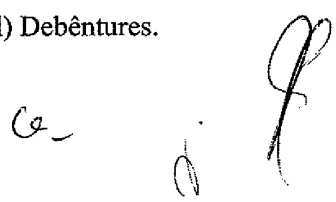
IV

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a distribuição das Debêntures serão destinados ao pagamento da totalidade das debêntures da 5ª emissão da Emissora e para reforço do caixa da Emissora.

V

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 5.1 *Número da emissão*. Esta Escritura de Emissão representa a sétima emissão de Debêntures da Emissora, sendo a sexta emissão pública.
- 5.2 *Valor total da emissão*. O valor total desta emissão é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 5.3 *Valor nominal unitário*. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 5.4 *Quantidade*. Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures.
- 5.5 *Séries*. A emissão será realizada em série única.
- 

- 5.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária (conforme definido abaixo). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido por este relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.
- 5.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 5.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, na forma do disposto no artigo 58 da Lei n.º 6.404/76.
- 5.8.1 *Limite de emissão.* A emissão das Debêntures obedece ao limite previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76 tendo em vista que (i) o capital social da Emissora nesta data é de R\$2.113.074.108,40 (dois bilhões, cento e treze milhões, setenta e quatro mil, cento e oito reais e quarenta centavos); e (ii) o valor da emissão das Debêntures, somado ao valor da quinta e da sexta emissões de debêntures da Emissora não resgatadas ou canceladas, totaliza R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais).
- 5.8.2 *Penhor de ações.* Nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Tele Norte Leste Participações S.A. e Outras Avenças", celebrado nesta data entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Penhor"), o qual, para todos os fins, é considerado parte integrante desta Escritura de Emissão, em garantia do fiel e integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, bem como do ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário comprovadamente venha a desembolsar em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão judicial do penhor, a Emissora, pelo Contrato de Penhor e na melhor forma de direito, constitui, em favor dos debenturistas, penhor, em único, exclusivo e especial grau, sobre ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal de emissão de Tele Norte Leste Participações S.A., companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Humberto de Campos 425, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.558.134/0001-58 ("TNL") de que a Emissora é titular, cuja quantidade e valor encontram-se definidos no Contrato de Penhor ("Ações do Penhor"), e que se encontram livres e desembaraçadas de ônus ou gravames de qualquer natureza, respeitadas as disposições da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 ("Penhor").
- 5.8.3. Até o fiel e integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, a Emissora

obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a manter empenhadas ações ordinárias de emissão da TNL no valor correspondente a, no mínimo, 125% (cento e vinte e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário de cada Debênture acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), de acordo com as regras estipuladas no parágrafo 4º, da Cláusula 1º, do Contrato de Penhor.

- 5.9 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob o regime de garantia firme de subscrição, conforme previsto no contrato de coordenação a ser celebrado entre a Emissora e os coordenadores desta emissão ("Coordenadores"), não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, privilegiando, independentemente de qualquer ordem cronológica, as propostas que apresentarem as menores taxas de remuneração.
- 5.10 *Distribuição e Negociação.* A emissão será registrada para distribuição no mercado primário junto ao SDT e Bovespa Fix e para negociação no mercado secundário, junto ao SND e Bovespa Fix.
- 5.11 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de fevereiro de 2007 ("Data de Emissão").
- 5.12 *Prazo e data de vencimento.* As Debêntures terão prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de fevereiro de 2012 ("Data de Vencimento").
- 5.13 *Prazo de subscrição.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures.
- 5.14 *Forma de subscrição e de integralização.* A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP e/ou da CBLC. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização").
- 5.15 *Preço de subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
- 5.16 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* O Valor Nominal Unitário será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 5.17 *Remuneração.* A remuneração das Debêntures será estabelecida através de procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, para definição da

remuneração das Debêntures. O resultado do procedimento de *bookbuilding* será ratificado pelo conselho de administração da Companhia e será divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM n.º 400/03, bem como será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão pela Emissora, observado o limite máximo previsto no item 5.17.1 abaixo.

5.17.1 Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão, observado o disposto no item 5.17 acima, juros remuneratórios correspondentes a, no máximo, 104% (cento e quatro por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

5.17.2 *Periodicidade de pagamento da Remuneração.* A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de agosto de 2007 e o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração, os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior à data de pagamento.

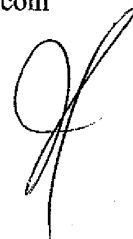
5.17.3 *Fórmula de cálculo da Remuneração.* A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$JR = VN \times [FatorDI - 1]$, onde:

JR = valor da Remuneração a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal unitário no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início (inclusive) até a data de cálculo (exclusive) do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k \times S)],$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1,$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n;$

DI_k = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais, referente ao dia " k "; e

S = Percentual aplicado a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, a ser definido em procedimento de *Bookbuilding*.

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k \times S)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários, $[1 + (TDI_k \times S)]$ sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante, até o último considerado.

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Período de Capitalização. O período de capitalização da remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do

primeiro Período de Capitalização, e termina na primeira data de pagamento de Remuneração e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma data de pagamento de Remuneração, inclusive, e termina na data de pagamento de Remuneração subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

- 5.17.4 Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.
- 5.17.5 Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, de extinção da Taxa DI, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").
- 5.17.6 Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, será convocada pelo Agente Fiduciário assembléia geral dos debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento que der causa à convocação da referida assembléia geral de debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BCB/CVM nº13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, a nova taxa de juros referencial de remuneração das Debêntures, devendo as Debêntures ser remuneradas nos mesmos níveis anteriores. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial de remuneração das Debêntures entre a Emissora e debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data de realização da assembléia a que se refere este item. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou da data de resgate, conforme o caso, fica desde já acordado que será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa Selic conhecida, no momento imediatamente anterior à data do evento que der causa à convocação da assembléia geral de debenturistas a que se refere esta Cláusula, calculada *pro*

rata temporis desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a Emissora chegarem a um acordo quanto ao novo parâmetro, ou até a data de pagamento do valor de resgate, conforme o caso.

- 5.18 *Resgate antecipado facultativo.* A Emissora poderá, a partir do 30º (trigésimo) mês após a Data de Emissão e, desde que aprovado por debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em assembléia, promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, mediante o pagamento (i) do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) de prêmio de reembolso equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do resgate, multiplicado pela razão entre (a) o número de dias corridos restante entre a data do efetivo resgate e a Data de Vencimento; e (b) o número de dias corridos entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento. O resgate parcial será realizado mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis.
- 5.18.1 Para as debêntures custodiadas na CETIP, a operacionalização do resgate antecipado parcial dar-se-á, conforme Regulamento do SND, através de operação de compra e de venda definitiva, no mercado secundário, das debêntures registradas no Sistema; desta forma, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades, por debenturista, a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP ou, na Instituição Depositária no caso de o debenturista não estar vinculado à CETIP. Para o caso das debêntures resgatadas deverão ser canceladas pela Emissora.
- 5.19 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, observado parágrafo 5º da Cláusula 1ª do Contrato de Penhor, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

- 5.20 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido ("Encargos Moratórios"), além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 5.21 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 5.22 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração e a quaisquer outros valores eventualmente devidos nos termos desta Escritura de Emissão, serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam depositadas no CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 5.22.1 Caso qualquer debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.
- 5.23 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local da sede da Emissora, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos (i) cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou (ii) cujos pagamentos devam ser realizados pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou com feriados bancários na Cidade de São Paulo.
- 5.24 *Publicidade.* Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de aviso, no jornal "Monitor

Mercantil" e no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", veículos em que a Emissora realiza suas publicações ordenadas pela Lei n.º 6.404/76, e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da última publicação do aviso.

- 5.25 *Comunicações.* Ressalvado o disposto na Cláusula 6.3 abaixo, as comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

I. para a Emissora:

TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.
Praia de Botafogo 300, 11º andar, sala 1101 (parte)
22250-040 Rio de Janeiro, RJ
At.: Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (21) 3873 9003
Fac-símile: (21) 3873 9060
Correio Eletrônico: tpart@oi.net.br

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. D.T.V.M.
Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514
22640 102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Maurício Ribeiro
Telefone: (21) 3385 4565
Fac-símile: (21) 3385 4046
Correio Eletrônico: mribeiro@pentagonotrustee.com.br

III. para a Instituição Depositária:

BANCO BRADESCO S.A.
Rua Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar
06029-900 Osasco, SP

Departamento de Ações e Custódia
At.: Sr. Cassiano Ricardo Scarpelli
Telefone: (11) 3684 4522
Fac-símile: (11) 3684 5645
Correio Eletrônico: bradescocustodia@bradesco.com.br

IV. para a CETIP:

CETIP - CÂMARA DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO
SND- Sistema Nacional de Debêntures
Rua Libero Badaró, 425/24º andar
01009-000 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3111 1597
Fac-símile: (11) 3111 1564
Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

V. para a CBLC

CBLC – COMPANHIA BRASILEIRA DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA
Rua XV de Novembro, 275
01013-001 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3233 2178/2261
Fax: (11) 3233 2331

- 5.26 *Instituição depositária.* A instituição depositária, prestadora de serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures, será o Banco Bradesco S.A., com sede Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar, CEP 06029-900, Osasco, SP ("Instituição Depositária").

VI

DO VENCIMENTO ANTECIPADO

- 6.1 *Vencimento antecipado automático.* Observado o disposto na Cláusula 6.3 abaixo, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, podendo ser exigido o pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (e, no caso do inciso IV abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.3 abaixo) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

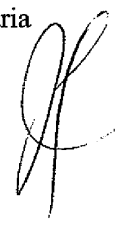
- I. (a) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas; ou (b) dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas (no caso destas últimas, salvo em processo de reorganização societária); ou (c) pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial, deferimento de recuperação judicial ou falência formulado pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas; ou
- II. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76; ou
- III. alienação do controle acionário da TNL pela Emissora, ou se esta deixar de deter participação correspondente a 50% (cinquenta por cento) mais uma ação no capital votante da TNL; ou
- IV. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário, da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 4 (quatro) dias úteis, contados da data de vencimento original.

6.2 *Vencimento antecipado sujeito à deliberação dos debenturistas.* Observado o disposto nas Cláusulas 6.2.1 e 6.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- I. pedido de falência da Emissora formulado por terceiros, sem a realização do depósito elisivo no prazo legal;
- II. protesto de títulos contra a Emissora e que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), reajustado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM");
- III. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplência contratual cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), atualizado, anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM

- IV. vencimento antecipado de qualquer dívida da TNL em razão de inadimplência contratual cujo valor unitário seja igual ou superior a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), valor este convertido com base na taxa de venda PTAX800 divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativamente ao dia imediatamente anterior à data de ocorrência do evento previsto, ou o índice que vier a substituí-la;
- V. aquisição do controle acionário de sociedades que resultem na alteração do objeto principal da Emissora;
- VI. aprovação de fusão, incorporação ou cisão da Emissora, salvo se (a) a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) tiver sido assegurado aos debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação das atas das assembleias gerais relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;
- VII. aprovação de incorporação pela Emissora, salvo se (a) a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) envolverem a Emissora e quaisquer de suas controladas, direta ou indiretamente;
- VIII. cassação, pela União, das concessões detidas por Telemar Norte Leste S.A. para prestar serviço de telefonia fixa na Região I do Plano Geral de Outorgas, sempre que tais atos possam representar redução superior a 20% (vinte por cento) no faturamento da controladora TNL;
- IX. falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Penhor, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- X. realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, caso esteja em mora relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão;

Ce



- XI. na hipótese de questionamento judicial por parte da Emissora, anulação ou rescisão do Contrato de Penhor ou ainda se a garantia não for devidamente constituída, for anulada, ou por qualquer forma deixar de existir ou se a qualquer momento a garantia deixar de corresponder a 125% do valor do principal e juros das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), desde que a garantia não seja substituída e/ou reforçada pela Emissora no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento de notificação escrita neste sentido;
- XII. não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento;
- XIII. a Emissora deixar de manter, durante o prazo da emissão e havendo Debêntures em Circulação, as seguintes "razões financeiras", não sanando eventual desenquadramento apurado no prazo de 30 (trinta) dias contados do aviso que lhe for encaminhado pelo Agente Fiduciário:
- (a) $(\text{DEBT-CAIXA})/(\text{DEBT} + \text{EQUITY})$ menor ou igual a 25% (vinte e cinco por cento), no balanço patrimonial da Emissora (controladora);
 - (b) DEBT-CAIXA menor ou igual a R\$810.000.000,00 (oitocentos e dez milhões de reais), corrigidos pelo IGPM a partir de 31 de dezembro de 2005, no balanço patrimonial da Emissora (controladora);
 - (c) EBITDA/Despesas Financeiras maior ou igual a 1,75 (um inteiro e setenta e cinco centésimos), no balanço patrimonial da TNL (consolidado); e
 - (d) Dívida Onerosa Consolidada/EBITDA menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos), no balanço patrimonial da TNL (consolidado).

As "razões financeiras" definidas nas alíneas (a) e (b) acima serão apuradas trimestralmente, e as "razões financeiras" definidas nas alíneas (c) e (d) acima serão apuradas anualmente, por meio das demonstrações financeiras auditadas, publicadas e encaminhadas à CVM, conforme acima indicado, onde:

Ce



"CAIXA" significa o somatório das aplicações financeiras de curto prazo da Emissora, tais como CDBs, RDBs, letras hipotecárias e outras.

"DEBT" significa o somatório, em uma determinada data, de todas as obrigações onerosas da Emissora com terceiros.

"Despesas Financeiras" significa o somatório, em uma determinada data, das despesas financeiras constantes das demonstrações de resultados, conforme demonstrações financeiras consolidadas da TNL.

"Dívida Onerosa Consolidada" significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas de empréstimos, financiamentos e parcelamentos que tenham sido contraídas pela TNL e suas subsidiárias, que tenham correção por algum indexador ou taxa de juros. Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas encaminhadas à CVM, corresponde aos empréstimos e financiamentos do Passivo Circulante e do Passivo Exigível a Longo Prazo, conforme demonstrações financeiras consolidadas da TNL.

"EBITDA" significa o lucro operacional antes das despesas financeiras, impostos, depreciações e amortizações, conforme demonstrações financeiras consolidadas da TNL.

"EQUITY" significa o Patrimônio Líquido representado pelo somatório, em uma determinada data, do (i) Capital Social, (ii) Reservas e (iii) Lucros ou Prejuízos Acumulados, conforme demonstrações financeiras da Emissora (controladora).

- 6.2.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos na Cláusula 6.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 8.7.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de sua ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembléia de debenturistas, os debenturistas representando, no mínimo, 75% (seteenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembléia de debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.3 Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos das Cláusulas 6.1 ou 6.2.1 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso IV da Cláusula 6.1 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a

partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de notificação comunicando o vencimento antecipado e solicitando o pagamento a que se refere esta Cláusula, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de cartório de registro de títulos e documentos, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

VII

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247/96, e demais normas de consolidação emitidas pela CVM) – explicitando as rubricas necessárias à apuração das razões financeiras a que se refere o inciso XIII da Cláusula 6.2 acima – e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração das razões financeiras a que se refere o inciso XIII da Cláusula 6.2 acima;
- (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM) – explicitando as rubricas necessárias à apuração das razões financeiras a que se referem as alíneas (a) e (b) do inciso XIII da Cláusula 6.2 acima – e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração

das razões financeiras a que se referem as alíneas (a) e (b) do inciso XIII da Cláusula 6.2 acima;

- (c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
 - (d) avisos aos debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, assim como atas de assembleias gerais, reuniões do conselho de administração, reuniões de diretoria e reuniões do conselho fiscal que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la) ou, se ali não previstos, na mesma data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (e) informações sobre alterações de titularidade de ações ordinárias de emissão da TNL de titularidade da Emissora, para os fins de controle, pelo Agente Fiduciário, do disposto no inciso III da Cláusula 6.1 acima, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da respectiva alteração;
 - (f) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, do Contrato de Penhor ou de quaisquer contratos relevantes à sua respectiva atividade, de que a Emissora seja parte, no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data do descumprimento;
 - (g) imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada; e
 - (h) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- III. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76;
- IV. manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos

titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que preste este serviço;

- V. manter seus bens adequadamente segurados;
- VI. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos nos termos das Cláusulas 8.4.1 e 8.4.2 abaixo;
- VII. não negociar com as ações de emissão da TNL de sua titularidade, a partir da data em que for publicado o edital que tenha por objeto o leilão das ações objeto do Penhor, no âmbito de processo judicial de execução promovido pelo Agente Fiduciário, pela falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão;
- VIII. assegurar aos debenturistas o resgate das Debêntures de que forem titulares, na hipótese de alteração estatutária da Emissora que represente modificação substancial no seu objeto social, durante o prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação da ata da assembléia que aprovar referida alteração estatutária;
- IX. manter atualizada a classificação de risco da emissão das Debêntures, devendo, ainda, (a) divulgar ou permitir que a agência de classificação de riscos divulgue o relatório com a súmula da classificação de risco; (b) entregar ao Agente Fiduciário o relatório da classificação de risco preparado pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (c) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação da classificação de risco concedida à emissão das Debêntures e o início de qualquer processo de revisão de tal classificação de risco;
- X. notificar imediatamente o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembléia geral de debenturistas pela Emissora;
- XI. comparecer às assembléias de debenturistas sempre que solicitada; e
- XII. cumprir com todas as obrigações assumidas no Contrato de Penhor, praticando todos os atos para que o Penhor permaneça válido e eficaz e o Limite Mínimo (conforme definido no Contrato de Penhor) seja observado até o cumprimento, pela Emissora, de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor.

VIII
DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, Pentágono S.A. D.T.V.M., qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, e, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora, declarando, sob as penas da lei, que:
- I. não tem qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
 - II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
 - III. está ciente dos termos da Circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
 - IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983;
 - V. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições;
 - VI. verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;
 - VII. verificou a regularidade do Penhor, concluindo que (a) o Penhor foi regularmente constituído, tendo sido (i) averbado nos livros da instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da TNL, nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 39 da Lei n.º 6.404/76; e (ii) registrado, por meio do Contrato de Penhor, no competente cartório de registro de títulos e documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (b) o Contrato de Penhor constitui instrumento válido e exequível de acordo com os seus termos; e (c) o valor das ações de emissão da TNL empenhadas é suficiente para garantir as obrigações da Emissora, na forma e de acordo com os limites previstos no Contrato de Penhor e nesta Escritura de Emissão;
 - VIII. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- IX. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
 - X. esta Escritura de Emissão constitui obrigação do Agente Fiduciário exequível de acordo com os seus termos e condições; e
 - XI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão.
- 8.1.1 O Agente Fiduciário obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os debenturistas e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 8.1 acima.
- 8.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.1.1 acima, o Agente Fiduciário compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas e os Coordenadores caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.
- 8.2 A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis.
- 8.3 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures.
- 8.4 Será devido ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:
- I. parcelas anuais de R\$18.000,00 (dezoito mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, e os demais, nas mesmas datas dos anos subsequentes;
 - II. as parcelas a que se refere o inciso I acima serão reajustadas anualmente, desde a data de assinatura desta Escritura de Emissão, pela variação acumulada do IGPM, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo. Os honorários serão devidos mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

- III. as parcelas a que se refere o inciso I acima serão acrescidas dos seguintes tributos: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou outros), Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.4.1 A Emissora obriga-se a efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, devidamente comprovadas, necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas em que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma desta Cláusula, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, despesas relacionadas com:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações previstas nesta Escritura de Emissão, e outras publicações que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- II. extração de certidões;
- III. viagens, incluindo custos razoavelmente incorridos com transporte, hospedagem e alimentação;
- IV. procedimentos judiciais ou administrativos promovidos pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos debenturistas; e
- V. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

8.4.2 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas necessárias que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. No caso de inadimplemento pela Emissora de obrigação de pagar, todas as despesas necessárias com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pela Emissora e, em caso de inadimplemento de pagamento desta, previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas para posterior ressarcimento, pela Emissora, conforme previsto no parágrafo 5º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos

com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios, depósitos judiciais e custas e taxas judiciárias decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

- 8.4.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.
- 8.5 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de substituição. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:
- I. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão e averbado na Junta Comercial do local de registro desta Escritura de Emissão;
 - II. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;
 - III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores;
 - IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja

escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário;

- V. as condições de remuneração do Agente Fiduciário substituto, incluindo, montante, modo de atualização, periodicidade e condições de pagamento serão aquelas previstas nesta Cláusula para o Agente Fiduciário, salvo se a assembléia geral de debenturistas que nomear o substituto deliberar sobre a matéria. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma da Cláusula 5.24 acima;
- VI. serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços; e
- VII. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.6 Além dos deveres e atribuições previstos em lei, nas disposições regulamentares, nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. observados os itens 8.4.1 e 8.4.2 acima, custear todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços;
- III. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei 6.404/76;
- VII. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- VIII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- X. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- XI. verificar a regularidade da constituição, da manutenção da suficiência e da exequibilidade do Penhor e o cumprimento das disposições do Contrato de Penhor pela Emissora, na forma e periodicidade ali previstas, especialmente a obrigação de observar o Limite Mínimo de acordo com o previsto no Contrato de Penhor, devendo, para tanto, manter controle permanentemente atualizado do saldo devedor das Debêntures em Circulação e do valor de mercado das ações de emissão da TNL;
- XII. intimar a Emissora a reforçar o Penhor por meio de novas ações ordinárias de emissão da TNL, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, bem como previamente à colocação, pela Emissora, em circulação, de Debêntures que se encontrem em sua tesouraria, nos casos e observados os termos e condições do Contrato de Penhor;
- XIII. autorizar a liberação do Penhor, nos casos e observados os termos e condições do Contrato de Penhor;
- XIV. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da fazenda pública, cartórios de protesto, juntas de conciliação e julgamento e procuradoria da fazenda pública, relativas à Emissora, na localidade onde se encontra a sede do estabelecimento principal da Emissora ou em qualquer outra localidade;
- XV. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XVI. convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, por meio de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula 5.24 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei n.º 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão;

XVII. comparecer à assembléia de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

XVIII. elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.1 e 6.2 acima; e
- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XIX. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVIII acima aos debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;

- (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (c) na CVM;
 - (d) na Bovespa e na CETIP; e
 - (e) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;
- XX. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 5.24 acima, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIX acima se encontra à disposição nos locais indicados no inciso XX acima;
- XXI. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CBLC e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a CBLC, a CETIP e a Instituição Depositária a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos debenturistas;
- XXII. coordenar o sorteio das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XXIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informando prontamente aos debenturistas, nos termos do inciso XXVI abaixo, as eventuais inadimplências verificadas;
- XXIV. comunicar aos debenturistas, nos termos do inciso XXVI abaixo, o recebimento de quaisquer comunicações a serem enviadas pela Emissora ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão; e
- XXV. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Penhor, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;
- (b) à Bovespa e à CETIP; e
- (c) à Emissora.

XXVI. fazer com que a Emissora cumpra sua obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco nos termos do inciso IX da Cláusula 7.1., e encaminhar à ANBID cópia das referidas atualizações em até 15 (quinze) dias contados da data de sua respectiva divulgação..

8.7 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos e de acordo com os procedimentos previstos nas Cláusulas 6.1, 6.2, 6.2.1 e 6.3 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 6.1, 6.2 e 6.2.1 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. executar o Penhor, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- III. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- V. representar os debenturistas em processos de falência, recuperação extrajudicial, recuperação judicial ou, se for o caso, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.7.1 Observadas as hipóteses e adotados os procedimentos previstos nas Cláusulas 6.1, 6.2, 6.2.1 e 6.3 acima, conforme aplicáveis, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a IV da Cláusula 8.7 acima se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese do inciso V da Cláusula 8.7 acima, será suficiente a deliberação dos debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação.

IX

DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 9.1 Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 9.2 A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A assembléia de debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.4 A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.
- 9.5 Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.
- 9.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão;
 - II. observado o disposto no inciso III abaixo, quaisquer modificações nas condições das Debêntures e/ou nesta Escritura de Emissão e/ou a alteração de quaisquer condições previstas no Contrato de Penhor, que deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
 - III. alteração do prazo de vigência e/ou da Remuneração das Debêntures, que deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; e
 - IV. alteração de qualquer quorum de deliberação previsto nesta Escritura de Emissão, que deverá ser aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
- 9.6 Para fins desta Escritura de Emissão, define-se "Debêntures em Circulação" a totalidade das Debêntures emitidas, excetuadas as Debêntures que se encontrem em tesouraria da Emissora, ou que sejam pertencentes a qualquer

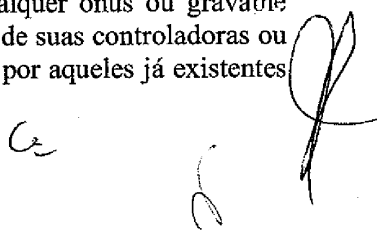
de suas controladas, subsidiárias, bem como respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.

- 9.6.1 Não obstante o disposto na Cláusula 9.6 acima, para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer assembléia de debenturistas também serão excluídos os votos em branco.
- 9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.9 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76 sobre a assembléia geral de acionistas.

X

DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

- 10.1 A Emissora neste ato declara que, nesta data:
- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
 - II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, o Contrato de Penhor e os demais contratos relacionados às Debêntures e ao Penhor e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - III. esta Escritura de Emissão e o Contrato de Penhor e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações da Emissora, exeqüíveis de acordo com os seus termos e condições;
 - IV. a celebração e os termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Penhor e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora (ou suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas) seja parte, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora (ou de suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas), exceto por aqueles já existentes



na presente data e pelo Penhor; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- V. os prospectos preliminar (se for o caso) e definitivo ("Prospectos") (a) contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das Debêntures, da Emissora e suas controladas, diretas e indiretas, e suas respectivas atividades e situações econômico-financeiras, dos riscos inerentes às atividades da Emissora e de suas controladas, diretas e indiretas; (b) não contém declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes, tendo feito todos os esforços para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos são verdadeiros; e (c) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código de Auto-Regulação da ANBID;
- VI. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora e às suas controladas, diretas e indiretas, foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- VII. as demonstrações financeiras da Emissora e da TNL (controladora e consolidadas), relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 31 de dezembro de 2004 e 31 de dezembro de 2005 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e da TNL e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- VIII. está, e suas controladas, diretas e indiretas, estão, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- IX. está, e suas controladas, diretas e indiretas, estão, em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, ressalvadas aquelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito;
- X. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que

possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade, ou nas suas controladas, diretas e indiretas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades;

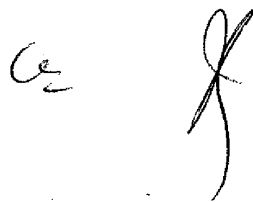
- XI. manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora e às suas controladas a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento, relacionados, de qualquer forma, com a prestação, por suas controladas, diretas ou indiretas, de serviços de telecomunicações; e
- XII. é legítima e única proprietária das ações ordinárias de emissão da TNL objeto do Penhor, que se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, judiciais, extrajudiciais ou fiscais, respeitadas as disposições legais da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, não existindo contra a Emissora qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal que possa, de qualquer forma, prejudicar ou invalidar o Penhor.

10.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

10.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores caso qualquer das declarações aqui prestadas torne-se inverídica, incompleta ou incorreta.

XI DAS DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a estruturação, emissão, registro, distribuição e execução das Debêntures, incluindo publicações, registros, contratação do Agente Fiduciário e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.



XII
DA RENÚNCIA

- 12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XIII
DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E DA EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão constitui título executivo extrajudicial nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

XIV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

XV
DO FORO

15.1 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

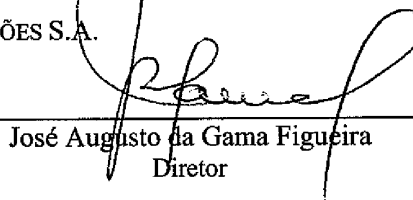
Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2007

TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.




Celso Fernandez Quintella
Diretor Presidente



José Augusto da Gama Figueira
Diretor

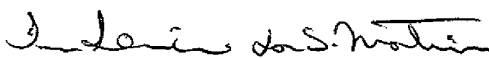
PENTÁGONO S.A. D.T.V.M.



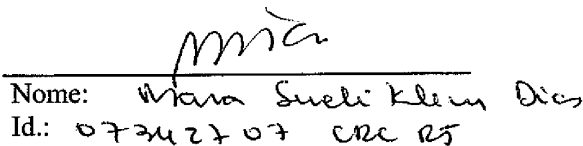
Nome: LÚCIA MARTINS
Cargo: ADVOGADA

Nome:
Cargo:

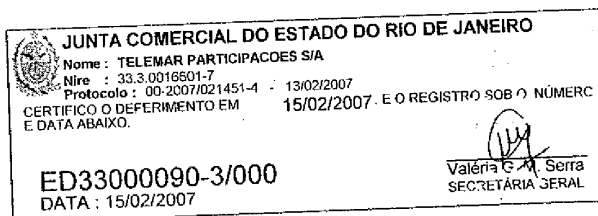
Testemunhas:



Nome: IRENA LUCIA DAS MARTINS
Id.: 20184824- SSP



Nome: Maria Sueli Klein Dias
Id.: 07242707 CRC RJ



CARTORIO DO 6º OFÍCIO DE NOTAS, Rua do Rosário, 173-A-Centro - RJ
Tel: 2509-0334 - Tabelião: Carlos Alexandre Brito Sousa

Reconheço por semelhança a firma de:
DELSO FERNANDEZ GUINZELLA, JOSE AUGUSTO DA GAMA FIGUEIRA *****
Rio de Janeiro, 13/02/2007 17864 / LEANDRO
Em testemunho _____ da verdade.

Leandro Faria da Silva- Esc. Aut.
Srvr:R\$6,66 Póuds:R\$1,32 Fdperj:R\$0,32 Fperj:R\$0,32 Total:R\$8,62



CARTORIO DO 6º OFÍCIO DE NOTAS, Rua do Rosário, 173-A-Centro - RJ
Tel: 2509-0334 - Tabelião: Carlos Alexandre Brito Sousa

Reconheço por semelhança a firma de:
LIVIO DOS SANTOS AREX *****
Rio de Janeiro, 13/02/2007 8178 / JUNIOR
Em testemunho _____ da verdade.

Leandro Faria da Silva- Esc. Aut.
Srv:R\$3,33 Póuds:R\$0,66 Fdperj:R\$0,16 Fperj:R\$0,16 Total:R\$4,31

